

O défice da administração central e da segurança social reduziu-se significativamente face ao ano anterior, em parte devido a medidas temporárias e "one-off". Ainda que em termos ajustados daquelas medidas não se tenha desviado da mais recente estimativa no âmbito do OE/2012, o défice em 2011 foi superior ao previsto inicialmente no OE/2011 em 1893 M€. Para este desvio contribuiu sobretudo a insuficiente execução da receita não fiscal. Também em termos ajustados, a despesa reduziu-se face ao ano anterior e acabou por ficar abaixo da previsão inicial e do estimado no OE/2012, tendo este último desvio (favorável) sido bastante elevado. Por fim, salienta-se que em novembro continuou a verificar-se a acumulação de atrasos nos pagamentos domésticos das administrações públicas e das outras entidades.

Conta provisória consolidada da admin. central e s. social

1 Em 2011, a redução do défice da administração central e segurança social foi superior à implícita no OE/2012. O défice orçamental atingiu os 5,9 mil M€, diminuindo 5,6 mil M€ face a 2010. Cerca de 60% da redução homóloga é explicada pela contabilização de parte da receita associada à transferência dos fundos de pensões do setor bancário, que contribuiu decisivamente para que o saldo primário tenha sido positivo (209 M€). A redução registada foi mais acentuada (em 412 M€) do que o implícito no relatório do OE/2012, apesar do excedente orçamental do subsetor da segurança social ter ficado 123 M€ abaixo do objetivo revisto naquela ocasião. Saliente-se, porém, essa evolução mais favorável beneficiou daquela receita extraordinária ter ficado 382 M€ acima do montante que o Ministério das Finanças havia considerado naquele documento.

Tabela 1. Saldo global por subsectores – administração central e segurança social (em milhões de euros)

Subsetor	2010	2011	Varição Homóloga	Estim 2011 (OE/2012)	Desvio
	(1)	(2)	(2)-(1)	(3)	(2)-(3)
Estado	-14 278	-7 195	7 084	-7 505	310
Serviços e Fundos Autónomos	2 095	903	-1 192	678	225
Saldo da Administração Central	-12 184	-6 292	5 892	-6 827	535
Segurança Social	689	429	-260	552	-123
Saldo da Adm. Central + Seg. Social	-11 495	-5 863	5 632	-6 275	412
Saldo A. Central + S. Social (Ajustado)	-12 376	-10 366	2 010	-10 446	80

Fonte: DGO. Cálculos da UTAO. | Nota: O detalhe dos ajustamentos efetuados consta da nota à Tabela 9, em anexo.

2 Nos anos de 2010 e 2011, a execução orçamental ficou marcada pela adoção de diversas medidas temporárias e "one-offs", destacando-se as relacionadas com a aquisição de material militar de sub-superfície (em 2010), com a transferência dos fundos de pensões da Portugal Telecom e do sector bancário e a sobretaxa extraordinária em sede de IRS. Para permitir uma melhor comparabilidade, a UTAO expurgou aqueles efeitos, pelo que, a partir deste ponto, a análise do presente capítulo encontra-se ajustada das operações identificadas na nota à Tabela 9, em anexo.

3 Em termos ajustados, o défice ficou em linha com o estimado no OE/2012 porque o elevado desvio negativo na receita foi compensado por um menor nível de despesa. O défice ajustado de 2011 foi de 10 366 M€, equivalente a 6% do PIB (reduzindo-se em cerca de 2 mil M€ face a 2010). Pese embora tenha sido superior (em 1,1 p.p. do PIB) ao previsto no OE/2011, ficou praticamente em linha com a estimativa incluída no OE/2012. Saliente-se, porém, que o cumprimento daquela meta foi alcançado apesar da receita ter ficado aquém do previsto, sobretudo face ao orçamento inicial (-2332 M€) mas também face à nova estimativa (-1633 M€). O desvio da receita face ao OE/2011 fez com que o défice tenha sido superior em 1893 M€, uma vez que a diminuição da despesa não foi suficiente para compensar aquele desvio. Já relativamente à nova estimativa, foi possível apresentar uma execução em linha com essa projeção porque existiu uma compensação do

lado da despesa, que ficou muito abaixo do estimado (-1713 M€).

Tabela 2. Execução orçamental ajustada da administração central e segurança social (em milhões de euros)

(valores ajustados)	2010	2011	Variação 2011/10 (%)	2011		Desvios face a:	
	CGE	Exec. Provisória		OE/2011 inicial	Estimativa 2011 (OE/2012)	OE/2011 inicial	Estimativa 2011 (OE/2012)
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(2)-(4)	(2)-(5)
Receita corrente	57 860	59 923	3,6	61 420	60 466	-1 498	-543
- Receita fiscal	33 356	34 529	3,5	34 643	34 436	-114	93
Receita de capital	1 604	1 094	-31,8	1 929	2 184	-835	-1 090
Receita efetiva	59 464	61 017	2,6	63 350	62 650	-2 332	-1 633
Despesa corrente	68 272	67 386	-1,3	67 558	68 247	-172	-861
- Desp Corrente Primária	63 284	61 314	-3,1	61 235	61 841	79	-526
Despesa de capital	3 568	3 997	12,0	4 264	4 849	-268	-853
Despesa efetiva	71 840	71 383	-0,6	71 823	73 096	-440	-1 713
Saldo global ajustado	-12 376	-10 366		-8 473	-10 446	-1 893	80
em % do PIB	-7,2	-6,0		-4,9	-6,1		
Saldo global não ajustado	-11 495	-5 863		-9 173	-6 275	3 310	412
em % do PIB	-6,7	-3,4		-5,3	-3,7		

Fonte: DGO e Programa de Assistência Financeira – 2nd review – Autumn 2011 (para o PIB 2010: 172,8 mil M€; 2011: 171,8 mil M€). Cálculos da UTAO.

Notas: i) O detalhe dos ajustamentos efetuados nos anos de 2010 e 2011 consta da nota à Tabela 9, em anexo; ii) O Ministério das Finanças não atualizou a previsão para 2011 na sequência da 2.ª alteração ao OE/2011.

4 As sucessivas previsões da receita não fiscal para 2011 revelaram-se demasiado otimistas. Esta circunstância justifica que, em 2011, a receita efetiva tenha ficado aquém do objetivo previsto inicialmente e do objetivo revisto por ocasião do OE/2012. Os desvios negativos da receita não fiscal relacionam-se sobretudo com a não contabilização, no exercício de 2011, da receita prevista com a emissão de licenças 4G e com o facto das "Contribuições para a segurança social, CGE e ADSE" terem crescido 4,1 e 1,6 p.p. abaixo do implícito nos relatórios do OE/2011 e do OE/2012, respetivamente.

5 A receita fiscal ajustada ficou aquém do previsto no OE/2011. Com efeito, a receita fiscal foi inferior (em 114 M€) ao inicialmente previsto, não considerando o encaixe resultante da introdução da sobretaxa extraordinária em sede de IRS (o que, de acordo com a DGO, totalizou 790 M€, um montante ainda provisório devido ao "elevado número de anomalias de preenchimento das declarações de retenção na fonte").

6 Ao contrário do que se encontrava implícito no relatório do OE/2012, a despesa efetiva da administração central e segurança social diminuiu face a 2010. A redução registada (-0,6%) contrasta com o aumento implícito no OE/2012 (+1,7%) e com a relativa estabilização prevista no OE/2011 (-0,02%). Esta evolução mais favorável deveu-se sobretudo a um menor nível de despesa com investimento, subsídios e juros face ao previsto. Refira-se, porém, que o aumento da despesa com juros e outros encargos (+21,7%), ainda que a um ritmo inferior ao implícito para 2011 nos relatórios do OE/2011 (26,8%) e do OE/2012 (28,4%), condicionou fortemente a redução da despesa efetiva.

7 A redução do défice ajustado face a 2010 deveu-se sobretudo ao aumento da receita fiscal e à diminuição da despesa corrente primária. Beneficiando do aumento da

carga fiscal, a receita fiscal ajustada cresceu 3,5%, embora menos 0,3 p.p. que o inicialmente previsto. A despesa corrente primária diminuiu 3,1% (um ritmo 0,8 p.p. mais acentuado do que o estimado para 2011 no relatório do OE/2012, embora 0,1 p.p. aquém do previsto inicialmente), sobretudo por via da redução das despesas com pessoal e da aquisição de bens e serviços.

8 Contudo, a diminuição das despesas com pessoal ficou aquém da que se encontrava implícita no OE/2011. Embora as despesas com pessoal tenham diminuído 6,1% face a 2010, seria expectável uma redução mais acentuada de acordo com o implícito no OE/2011 (-8,4%). Esta execução mais desfavorável ter-se-á devido ao reforço daquelas despesas com contrapartida na dotação provisional, o que indicia uma suborçamentação dos gastos com pessoal. A evolução deste agrupamento apenas compara favoravelmente com a diminuição implícita na estimativa para 2011 que consta no relatório do OE/2012 (-4,2%).

Despesa com ativos financeiros

9 A despesa com ativos financeiros registou em 2011 um grau de execução inferior a 50%. Este resultado encontra-se influenciado pelo facto de não se ter verificado qualquer despesa ao abrigo da Iniciativa de Reforço da Estabilidade Financeira (IREF), cuja dotação havia sido reforçada através da 1.ª alteração ao OE/2011.¹ Excluindo-se a dotação destinada a essa iniciativa, o grau de execução seria de 95,9%.

Tabela 3 – Despesa [não efetiva] do Estado com ativos financeiros

	Ano de 2011					Mês de dezembro
	OE Inicial	OE Final	Execução	Desvio face ao		
				OE Inicial	OE Final	
Activos Financeiros - dos quais:	11.060,1	23.113,4	11.388,6	328,5	-11.724,7	9.044,8
Empréstimos a entidades públicas	850,0	9907,9	9783,5	8933,5	-124,3	8127,5
Curto Prazo	200,0	1665,8	1656,0	1456,0	-9,8	0,0
Médio e longo prazo	650,0	8242,1	8127,5	7477,5	-114,6	8127,5
Dotações de capital - das quais:	834,0	834,0	823,2	-10,8	-10,8	724,7
Empresarializ. dos hospitais	200,0	11,9	8,7	-191,3	-3,2	8,7
Empresas não financeiras	0,0	105,8	105,8	105,8	0,0	33,7
Instit. de Crédito	500,0	600,0	600,0	100,0	0,0	600,0
Execução de Garantias - das quais:	19,4	161,0	161,0	141,6	0,0	157,9
entidades públicas	12,4	146,9	146,9	134,5	0,0	146,9
IREF	8390,1	11.243,9	0,0	-8390,1	-11.243,9	0,0

Fonte: Sistemas aplicacionais da DGO e cálculos da UTAO. | Nota: As alterações orçamentais encontram-se refletidas na diferença entre o OE final e o OE inicial.

10 Os empréstimos a entidades públicas ascenderam a 9784 M€, tendo representado a quase totalidade do esforço financeiro do Estado. A maior expressão daquele apoio ocorreu no mês de dezembro (8128 M€), ao abrigo da 2.ª alteração à lei do OE/2011, através da concessão de empréstimos a médio e longo prazo a empresas públicas classificadas no perímetro de consolidação das administrações públicas (presume-se que em substituição de outros créditos/títulos de dívida). Os empréstimos para apoio à tesouraria de entidades públicas totalizaram 1656 M€, tendo sido, no entanto, reembolsados no final do ano. O reembolso destes empréstimos naquele prazo evitou que os apoios concedidos a entidades fora do perímetro (aproximadamente 415 M€) configurassem, na ótica das contas nacionais, a natureza de uma transferência de capital com impacto desfavorável no défice e na dívida pública.

11 A despesa com a execução de garantias e com dotações de capital a instituições de crédito (746,8 M€) pode constituir um risco potencial para o défice e dívida pública. As entidades beneficiárias destes apoios não são conhecidas, pelo que não é possível aferir a natureza do

¹ O reforço de 2,9 mil M€ destinava-se a assegurar a utilização temporária de fundos públicos no aumento dos níveis de capital dos bancos privados, de forma a atingir os novos requisitos de capital previstos para o cumprimento do ponto 2.4 do Memorando de Entendimento.

Informação técnica da UTAO n.º 3/2012

Baseado na Síntese de Execução Orçamental da DGO, de 20 de Janeiro de 2011 e sistemas aplicacionais da DGO. Valores na Ótica da Contabilidade Pública. Disponível em <http://arnet/sites/DSATS/UTAO/Paginas/Default.aspx> | www.parlamento.pt/sites/COM/XIIILEG/5COFAP/Paginas/RelatoriosActividade.aspx

apoio financeiro e o eventual impacte em contas nacionais. Caso a dotação de capital para instituições de crédito (600 M€) não se tenha destinado, na sua totalidade, à CGD, mas a outra instituição de crédito pública fora do perímetro, esses apoios configurarão a natureza de transferências de capital, com impacto desfavorável no défice e dívida pública. A dimensão do impacte no défice (e na dívida) da execução da garantia poderá ser superior aos 146 M€ executados em Dezembro, se esta tiver sido concedida a uma empresa fora do perímetro (considerada economicamente inviável), uma vez que todo o stock de dívida garantida dessa entidade (a existir) deverá ser igualmente reclassificado como dívida pública de acordo com as regras do Eurostat.

Dívida não financeira

12 O stock de encargos assumidos e não pagos (EANP) continua a diminuir. Em novembro, o stock de EANP das administrações públicas ascendeu a 6521 M€, menos 141 M€ que o verificado em outubro. Esta redução inteiramente suportada pela administração local, tem vindo a ocorrer nos últimos quatro meses. De acordo com informação disponível exclusivamente para a administração central, o stock de EANP cifrou-se em 535 M€ em dezembro de 2011, (menos de 315 M€ que no mês anterior) resultado que refletiu no ano de 2011 um aumento de 89 M€ da despesa por pagar.

13 Contudo, o stock de “pagamentos em atraso” continua a aumentar, fazendo incumprir o critério previsto no Memorando de Entendimento Técnico. Os atrasos nos pagamentos totalizaram em novembro 5676 M€, mais 760 M€ que em junho. Para este incumprimento continuam a contribuir as “dívidas por pagar há mais de 90 dias” dos Hospitais EPE, cujo aumento explicou mais de metade dos 129M€ de acréscimo que estas dívidas registaram em novembro. Não obstante este aumento, verificou-se a redução dos “pagamentos em atraso” na administração local, na administração central excluindo o subsector da saúde e nas entidades públicas reclassificadas.

Tabela 4 – Pagamentos em atraso até novembro 2011
(dívidas por pagar há mais de 90 dias, em milhões de euros)

Subsetor	junho	novembro	Variações			
			novembro		Acum. desde junho	
			M€	%	M€	%
Administrações Públicas (Total consolidado)	3185	3476	49	1,4	290	9,1
Admin. Central excl. Subsetor da Saúde	312	325	-26	-7,3	13	4,1
Subsetor da Saúde	346	428	7	1,7	82	23,8
Entidades públicas reclassificadas	58	77	-8	-9,0	18	31,0
Administração Regional	923	1162	81	7,5	239	25,9
Administração Local	1721	1642	-37	-2,2	-79	-4,6
Outras Entidades	1731	2200	80	3,8	469	27,1
Empresas públicas não reclassificadas	13	14	4	43,7	2	12,4
Hospitais EPE	1718	2186	75	3,6	468	27,2
Administrações Públicas e outras entidades	4916	5676	129	2,3	760	15,5

Fonte: DGO e cálculos da UTAO.

Subsetor Estado

14 Em 2011, o saldo global (provisório) do subsetor Estado atingiu um défice de 7194 M€, o que representa uma melhoria de 7084 M€ face ao ano anterior, uma parte significativa desta melhoria proveio da transferência parcial dos fundos de pensões do setor bancário (46%).

15 No entanto, numa base comparável, esta melhoria cifrar-se-ia em apenas 2030 M€. Efetuando os ajustamentos atrás referidos, esta melhoria ficaria a dever-se quer a um aumento da receita efetiva (3,3%), quer a uma redução da despesa efetiva (1,7%) – ver Tabela 5. **Error! Reference source not found..**

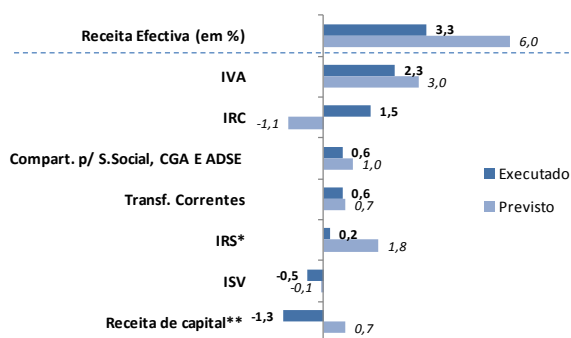
16 O défice deste subsector foi inferior ao previsto no OE/2011 e ao estimado para 2011 no OE/2012. Ajustando a dotação para pagamento de material militar ocorrida em 2010, mas inscrita no OE/2011, o défice ficou 2559 M€ abaixo do previsto, muito por via da receita proveniente da transferência de fundos de pensões, que mais do que compensou a despesa ter excedido em 519 M€ o previsto.

17 A receita efetiva do Estado apenas excedeu a previsão inscrita no OE/2011, por via das receitas extraordinárias. A receita efetiva do Estado excedeu em 8% a previsão inscrita inicialmente no OE/2011, caso se considere as receitas provenientes das referidas medidas extraordinárias relativas à transferência dos fundos de pensões do setor bancário e à sobretaxa em sede do IRS. Excluindo esses efeitos, a receita efetiva ficaria 2,5% abaixo do previsto no OE/2011 inicial, sobretudo, devido ao comportamento menos favorável da receita não fiscal –Tabela 5

18 A execução da receita fiscal fixou-se 2,2% acima do montante inscrito no OE/2011, devido a um desempenho mais favorável na cobrança dos impostos diretos do que o inicialmente previsto. A sobretaxa extraordinária em sede de IRS, a par de uma cobrança superior à orçamentada no caso do IRC, justificam o bom desempenho dos impostos diretos, tendo compensado a fraca execução dos impostos indiretos, em resultado do abrandamento do consumo, com exceção do Imposto sobre o Tabaco e do Imposto Único de Circulação.

19 A receita líquida do IRC registou um aumento de 11,9% face ao ano anterior, ficando 22,9% acima da previsão do OE/2011. O acréscimo da receita líquida deste imposto face ao ano anterior deve-se essencialmente ao aumento da receita gerada pela tributação de dividendos em janeiro de 2011 (em resultado da distribuição antecipada dos mesmos no mês de dezembro de 2010), do aumento da restante receita bruta e da redução de reembolsos (16,7%).

Gráfico 1. Principais contributos para a variação da receita do Estado (em termos acumulados, em pontos percentuais)



Fonte: DGO. Cálculos da UTAO. | Notas: Comparação com a previsão inicial do OE/2011. * - Excluindo a sobretaxa em sede do IRS. ** - Excluindo a transferência dos fundos de pensões do setor bancário.

20 O IVA registou um acréscimo de 7% face a 2010, mas ficou 1,9% abaixo da previsão do OE/2011. Apesar do IVA registar um crescimento de 8,3% face ao ano anterior, a cobrança líquida do IVA ficou aquém quer da previsão do OE/2011 (-1,9%), quer da estimativa para 2011 contida no OE/2012 (-0,9%), não obstante o recente aumento da taxa do IVA sobre os produtos energéticos. Saliente-se que o aumento de reembolsos de IVA (13,9%) e das transferências para as regiões autónomas (24,6%) acabaram por determinar um crescimento da receita do IVA abaixo do previsto.

Informação técnica da UTAO n.º 3/2012

Baseado na Síntese de Execução Orçamental da DGO, de 20 de Janeiro de 2011 e sistemas aplicativos da DGO. Valores na Ótica da Contabilidade Pública. Disponível em <http://arnet/sites/DSATS/UTAO/Paginas/Default.aspx> | www.parlamento.pt/sites/COM/XILEG/5COFAP/Paginas/RelatoriosActividade.aspx

21 A despesa efetiva do Estado excedeu o montante inicialmente inscrito no OE/2011, caso se exclua a dotação respeitante ao material militar de sub-superfície pago em 2010. Com efeito, a despesa efetiva encontra-se 519 M€ (1,1%) acima do montante inscrito no OE/2011 ajustado da referida dotação.

Tabela 5 – Execução orçamental do subsector Estado

	2010		2011		Variação 2010/2011	
	M€	Grau Ex. (%)	M€	Grau Ex. (%)	Tvha (%)	Contr. p/ tvha (p.p.)
1. Receita Corrente	35 462,2	102,0	37 916,4	98,2	6,9	6,8
Receitas fiscais	32 289,7	104,1	34 242,0	99,6	6,0	5,4
Impostos Diretos -dos quais:	13 569,1	101,9	14 981,3	102,5	10,4	3,9
IRS	8 936,7	98,8	9 794,9	94,0	9,6	2,4
IRC	4 591,6	109,3	5 138,0	122,9	11,9	1,5
Impostos Indiretos -dos quais:	18 720,6	105,7	19 260,7	97,4	2,9	1,5
IVA	12 145,9	107,8	12 994,9	97,8	7,0	2,3
ISV	809,1	114,0	626,5	79,3	-22,6	-0,5
Receitas correntes não fiscais	3 172,5	85,2	3 674,4	86,8	15,8	1,4
2. Receita de Capital	824,9	48,9	3 620,8	291,2	338,9	7,7
Transferências de Capital	93,7	34,9	3 318,5	2 517,8	3 441,6	8,9
3. Receita Efetiva (1+2)	36 287,1	99,6	41 537,2	104,2	14,5	14,5
4. Despesa Corrente Primária -da qual:	41 602,1	98,4	39 538,7	98,1	-5,0	-4,1
Despesas com o pessoal	11 383,3	98,3	10 295,5	98,7	-9,6	-2,2
Aquisição bens e serviços correntes	1 357,0	85,2	1 817,6	87,3	33,9	0,9
Transferências correntes	27 755,7	99,4	26 288,8	99,3	-5,3	-2,9
5. Despesa de Capital	3 991,6	88,9	3 153,8	90,6	-21,0	-1,7
Investimento	1 505,7	78,5	432,0	63,5	-71,3	-2,1
6. Despesa Primária (4+5)	45 593,7	97,5	42 692,5	97,5	-6,4	-5,7
7. Juros e outros encargos	4 971,7	90,4	6 039,2	94,8	21,5	2,1
8. Despesa Efetiva (6+7)	50 565,4	96,7	48 731,7	97,1	-3,6	-3,6
9. Saldo Primário (3-6)	-9 306,6	:	-1 155,3	:	:	:
10. Saldo Global (3-8)	-14 278,3	:	-7 194,5	:	:	:
Ajustamentos na receita e na despesa:						
A. Nova forma de contabilização das despesas com a ADSE:						
Despesas com o pessoal	10 823,0	n.c.	10 295,5	98,7	-4,9	-1,0
Aquisição bens e serviços correntes	1 917,3	n.c.	1 817,6	87,3	-5,2	-0,2
B. Receita excluindo a transferência dos fundos do setor bancário e a sobretaxa em sede de IRS:						
18. Receita Corrente, da qual:	35 462,2	102,0	37 126,4	:	4,7	4,6
Impostos Diretos -do qual:	13 569,1	101,9	14 191,3	:	4,6	1,7
IRS	8 936,7	98,8	9 004,9	:	0,8	0,2
28. Receita de Capital	824,9	48,9	357,7	:	-56,6	-1,3
38. Receita Efetiva (18+28)	36 287,1	99,6	37 484,1	:	3,3	3,3
10B. Saldo Global (3B-8)	-14 278,3	:	-11 247,6	:	:	:
C. Despesa excluindo a aquisição de material militar de sub-superfície						
5C. Despesa de Capital	2 990,6	:	3 153,8	:	5,5	0,3
8C. Despesa Efetiva (4+5C+7)	49 564,4	:	48 731,7	:	-1,7	-1,7
10C. Saldo Global (3B-8C)	-13 277,3	:	-11 247,6	:	:	:

Fonte: DGO. Cálculos da UTAO. | Nota: Os graus de execução foram calculados pela DGO face ao OE/2011 corrigido.

22 A suborçamentação das despesas com o pessoal e das transferências correntes e de capital justificou a maioria dos desvios da despesa face ao OE inicial ajustado da dotação respeitante ao material militar. Destacam-se sobretudo os desvios registados nas rubricas "transferências de capital" (221 M€), "despesas com o pessoal" (679 M€), em particular nas componentes "remunerações certas e permanentes" (273 M€) e "segurança social" (444 M€, mais 27,9%), e nas "transferências correntes" (558 M€). Estes desvios terão contribuído para a apresentação da 2.ª alteração ao OE/2011 que promoveu, entre outros ajustamentos, o reforço das referidas transferências e da dotação provisória (destinado sobretudo ao pagamento de despesas com pessoal).

23 A despesa efetiva ficou abaixo da estimativa para 2011 constante no OE/2012. Com efeito, esta situou-se 876 M€ (1,8%) abaixo do previsto na estimativa para 2011, constante do relatório do OE/2012. Este facto poderá denotar um relativo excesso de prudência por parte do Ministério das Finanças – ver Tabela 10 (em anexo).

24 Em 2011, registou-se, numa base comparável e face ao ano anterior, uma redução da despesa efetiva de 1,7%. Para este resultado foi determinante o contributo da despesa corrente primária (4,1 p.p. para a redução de 1,7% da despesa efetiva), induzido especialmente pelas transferências correntes (2,9 p.p.) e pelas despesas com

pessoal (1 p.p.), o que mais que compensou o aumento dos juros e outros encargos (2,2 p.p.) – ver Tabela 2.

25 Apesar da redução de 5,3% nas transferências correntes face ao ano anterior, a execução ficou acima da previsão do OE/2011 (em 558 M€) e globalmente em linha com a estimativa para 2011 constante no OE/2012. Neste âmbito, convém salientar a redução das transferências correntes para: i) a Segurança Social, no âmbito da respetiva lei de bases (-13%); ii) o Serviço Nacional de Saúde (-6,7%); iii) a União Europeia, a título de contribuição financeira para o orçamento comunitário (-5,4%); e iv) a Administração Local (-4,3%). Face ao orçamento inicial a DGO aponta como razões do desvio as transferências para o Instituto de Gestão Financeira e de Infraestruturas de Justiça, I.P., para a Caixa Geral de Aposentações para assegurar o equilíbrio financeiro desse sistema de pensões, bem como transferências para o SNS a fim de regularizar dívidas dos subsistemas públicos de saúde.

26 Os juros e outros encargos aumentaram 21,5%, mas ficaram abaixo do previsto no OE/2011 e da estimativa para 2011 contida no OE/2012. A deterioração das condições de financiamento da República Portuguesa, a par do aumento das necessidades de financiamento/refinanciamento, justificam o forte aumento dos juros e outros encargos. No entanto, de acordo com o Boletim da DGO, "o aumento dos juros recebidos das aplicações", "(...) resultantes de excedentes de tesouraria mais elevados do que o antecipado" nos dois casos, bem como, da "redução dos encargos com comissões devidas no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira, em resultado da substituição dos empréstimos do Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEFF) por empréstimos no âmbito do Mecanismo Europeu de Estabilidade Financeira (MEEF), em setembro e outubro, e do adiamento de empréstimos do FEFF e do MEEF de dezembro para janeiro de 2012", no segundo caso, justificam os desvios favoráveis nesta rubrica face ao OE/2011 (-4,1%) e à estimativa de execução para 2011 contida no OE/2012 (-5,2%), respetivamente.

Serviços e Fundos Autónomos

27 Em termos ajustados, o saldo global foi inferior ao previsto no OE/2011, mas superior ao da nova estimativa para 2011 apresentada no OE/2012. Em 2011, o saldo global ajustado ascendeu a 452,5 M€, mais 239,9 M€ do que em 2010. Face à previsão inicial, apresentada no OE/2011 (681,1 M€), verifica-se um desvio desfavorável de 228,6 M€. Contudo, em relação à nova estimativa para 2011, apresentada no OE/2012, o saldo global apresenta um desvio favorável de 224,9 M€.

28 Em 2011, a receita efetiva ajustada ficou aquém da prevista. A receita ajustada situou-se 2,3% abaixo da prevista quer face ao OE/2011 inicial (-554,5 M€), quer face à estimativa constante no OE/2012 (-556,5 M€). Em termos homólogos, a receita efetiva ajustada diminuiu 3,3% (-808,5 M€) em 2011.

Tabela 6 - Execução orçamental dos serviços e fundos autónomos
(em milhões de euros e percentagem)

	Milhões de Euros		Tvha (%)	CTVHA (p.p.)		P. m.: Tx Cresc. OE/2011 (%)
	2010	2011		Total	do qual: SNS	
1. Receita Corrente, da qual:	23 115,4	22 710,3	-1,8	-1,5	-1,8	0,2
Contribuições p/ S. Social, CGA e ADSE	4 180,8	3 933,7	-5,9	-0,9	:	0,0
Transferências correntes	16 374,3	16 149,1	-1,4	-0,8	-2,2	n.d.
Outras receitas correntes	863,1	1 025,2	18,8	0,6	0,4	n.d.
2. Receita de Capital, da qual:	3 410,8	1 719,6	-49,6	-6,4	0,0	-55,1
Transferências de capital	3 317,0	1 700,1	-48,7	-6,1	0,0	n.d.
Outras transferências de capital	1 906,4	634,2	-66,7	-4,8	0,0	n.d.
3. Receita Efectiva (1+2)	26 526,2	24 429,8	-7,9	-7,9	-1,8	-6,9
4. Despesa Corrente, da qual:	23 173,6	22 210,6	-4,2	-3,9	-3,5	-3,7
Despesas com o pessoal	3 097,2	2 795,7	-9,7	-1,2	-0,7	0,2
Aquisição de bens e serviços	9 042,9	8 254,8	-8,7	-3,2	-2,5	-12,6
Transferências correntes	10 369,0	10 609,3	2,3	1,0	-0,1	1,5
5. Despesa de Capital	1 257,9	1 316,7	4,7	0,2	0,0	10,7
6. Despesa Efectiva (4+5)	24 431,5	23 527,3	-3,7	-3,7	-3,6	-3,0
7. Saldo Global (3-6)	2 094,7	902,5				
Ajustamento relativo à operação de cessão de créditos:						
Impacto no saldo global	1 882,1	450,0				
Receita de capital ajustada	1 528,7	1 125,4	-26,4	-1,6		
Receita efectiva ajustada	24 644,1	23 835,6	-3,3	-3,3		
Despesa de capital ajustada	1 257,9	1 172,5	-6,8	-0,3		
Despesa efectiva ajustada	24 431,5	23 383,1	-4,3	-4,3		
Saldo global ajustado	212,6	452,5				

Fonte: DGO e cálculos da UTAO. | Notas: CTVHA - contributo para a taxa de variação homóloga acumulada. As taxas de crescimento implícitas ao OE/2011 foram calculadas tendo por referência os dados da CGE/2010. As variações homólogas dos serviços e fundos autónomos encontram-se prejudicadas por diversos fatores. Por um lado, os universos considerados não são coincidentes devido à entrada e saída de organismos e ao facto de alguns deles não terem reportado a conta de gerência de 2010 de forma completa. Por outro lado, o saldo global encontra-se influenciado pela receita extraordinária proveniente da transferência dos fundos de pensões da PT Comunicações para a CGA (com impacto líquido de 1882,1 M€ em 2010 e de 450 M€ em 2011). Em 2011, a renegociação desta operação conduziu a um aumento da receita de capital e da despesa de capital em 144,2 M€, face ao inicialmente previsto no Decreto-Lei 140-B/2010, de 30 de dezembro. Para efeitos de análise, os valores ajustados refletem a eliminação destas distorções.

Tabela 7 - Comparação da execução orçamental dos SFA (valores ajustados) face ao previsto no OE/2011 e ao estimado no OE/2012
(em milhões de euros)

Fonte	CGE	Execução Provisória	Previsão OE/2011	Estimativa OE/2012	Desvio face à previsão OE/2011		Desvio face à estimativa OE/2012	
					M€	%	M€	%
Ano	2010	2011	2011	2011				
Receita Efectiva	24 644,1	23 835,6	24 390,1	24 392,1	-554,5	-2,3	-556,5	-2,3
Despesa Efectiva	24 431,5	23 383,1	23 709,0	24 164,5	-325,9	-1,4	-781,4	-3,2
Saldo Global	212,6	452,5	681,1	227,6	-228,6	-	224,9	-

Fonte: DGO e cálculos da UTAO. | Nota: Todos os valores estão ajustados da transferência do fundo de pensões da PT para a CGA.

29 O objetivo de redução da despesa efetiva dos SFA foi superado. Em termos ajustados, a despesa efetiva ajustada foi inferior quer face à previsão inicial do OE/2011, quer face à nova estimativa do OE/2012. O objetivo de redução da despesa efetiva previsto no OE/2011 (3,0%) foi superado, ocorrendo um desvio favorável de 1,4% (-325,9 M€); em relação à estimativa constante no OE/2012, a redução foi mais significativa com desvio favorável de 3,2% (-781,4 M€). Em termos homólogos, a despesa ajustada diminuiu 4,3% (-1048,4 M€) em 2011. A aquisição de bens e serviços explica a maior parte desta redução (3,2 p.p.), mais de metade do qual decorre da execução do SNS (na ótica caixa).

30 A execução do SNS na ótica de compromissos foi pior do que na ótica de caixa. Efetivamente, em caixa o SNS apresenta um excedente de 171 M€, já na ótica de compromissos apresenta um saldo negativo de 275 M€. Esta diferença refletir-se-á num ajustamento negativo em 447 M€ do saldo dos SFA em contas nacionais [contribuindo para a elevação do défice das administrações públicas em nacional].

Segurança Social

31 A segurança social apresentou um excedente inferior ao registado no ano anterior. Em 2011, a segurança social gerou um excedente orçamental de 429 M€, uma redução de 260 M€ face ao verificado em 2010. De salientar que o excedente deste subsetor já não era tão reduzido desde 2005.

Tabela 8 - Execução orçamental da segurança social

	2010		2011		Variação prevista 2010/OE2011		Variação prevista 2010/OE2012		Exec. Orçamental 2011	Variação 2010/11	
	CGE/2010	OE/2011	OE/2012	em valor (M€)	tvha (%)	em valor (M€)	tvha (%)	em valor (M€)		tvha (%)	em valor (M€)
Receita Efectiva	23 857	24 044	23 905	187	0,8	48	0,2	23 538	-319	-1,3	
Despesa Efectiva	23 168	23 444	23 353	276	1,2	185	0,8	23 108	-60	-0,3	
Saldo Global	689	600	552	-89		-137		429	-260		

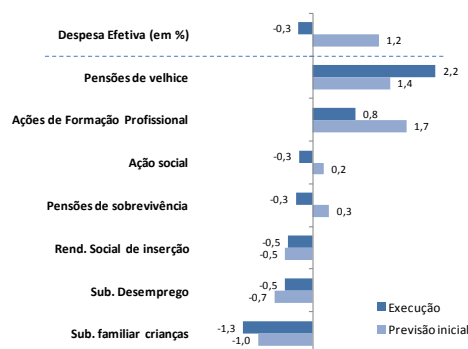
Fonte: DGO, Segurança Social e cálculos da UTAO.

32 A receita apresentou um desempenho desfavorável, ainda que parcialmente compensado pela redução da despesa. Em 2011, a receita da segurança social diminuiu 1,3% face ao período homólogo (-319 M€), encontrando-se assim aquém do objetivo definido inicialmente para o conjunto do ano (um aumento de 0,8%) e, também, do objetivo revisto por ocasião do OE/2012 (+0,2%). Este desvio orçamental foi apenas parcialmente compensado pela evolução favorável da despesa. Com efeito, em lugar de um aumento anual de 276 M€ previsto inicialmente (185 M€, no OE/2012), a despesa deste subsetor reduziu-se em 60 M€ em 2011.

33 As “contribuições e quotizações” são as principais responsáveis pelo insuficiente desempenho da receita.

Com efeito, o contributo desta componente – aquela com maior peso no total da receita – para o crescimento homólogo da receita efetiva foi apenas 1,1 p.p. (quando se previa inicialmente 2.6 p.p.). Igualmente abaixo do previsto encontra-se o contributo das transferências do Fundo Social Europeu (1,0 em vez de 1,8 p.p.). O aumento de receita daquelas duas componentes deveria ter mais que compensado a redução das transferências correntes da administração central no âmbito da Lei de Bases da Segurança Social (em virtude das medidas de consolidação orçamental previstas no OE/2011 neste domínio, as quais representaram cerca de 0,6% do PIB). Porém, a previsão para o aumento de receita por intermédio daquelas duas componentes não se concretizou na totalidade.

Gráfico 2 – Principais contributos para a variação da despesa (em pontos percentuais)



Fonte: DGO, Segurança Social e cálculos da UTAO.

34 A despesa efetiva reduziu-se, apesar da despesa com pensões de velhice ter excedido a inicialmente prevista. Não obstante o aumento de 4,9% da despesa com pensões de velhice (contribuindo em 2,2 p.p. para a variação homóloga da despesa efetiva, em vez dos 1,4 p.p. previstos), a despesa efetiva reduziu-se 0,3%. Para este desempenho favorável contribuiu o aumento inferior ao previsto da despesa em ações de formação profissional (com um contributo de 0,8 p.p. em vez de 1,7 p.p.). A concorrer também para aquele desempenho encontra-se ainda a despesa com Ação Social, pensões de sobrevivência e subsídios familiares a crianças e jovens.

Tabela 9 – Execução orçamental da administração central e segurança social (em milhões de euros)

	2010	2011	Variação 2011/10 (%)	2011		Desvios face a:		Variação implícita (%)	
	CGE	Exec. Provisória		OE/2011 inicial	Estimativa 2011 (OE/2012)	OE/2011 inicial	Estimativa 2011 (OE/2012)	OE/2011 inicial	Estimativa 2011 (OE/2012)
A. VALORES AJUSTADOS:									
Receita corrente	57 860	59 923	3,6	61 420	60 466	-1 498	-543	6,2	4,5
Receita fiscal	33 356	34 529	3,5	34 643	34 436	-114	93	3,9	3,2
- Impostos diretos	13 590	14 211	4,6	13 794	14 012	417	199	1,5	3,1
- Impostos indiretos	19 766	20 318	2,8	20 849	20 424	-531	-106	5,5	3,3
Contribuições para Seg.Soc.,CGA e ADSE	17 898	18 139	1,3	18 877	18 426	-738	-287	5,5	2,9
Transferências correntes	1 775	2 087	17,6	2 508	n.d.	-421	n.d.	41,3	n.d.
Administrações Públicas	38	66	72,3	68	104	-1	-38	76,1	171,1
Outras	1 737	2 021	16,4	2 441	n.d.	-419	n.d.	40,5	n.d.
Outras receitas correntes	4 831	5 168	7,0	5 393	5 253	-225	-85	11,6	8,7
Receita de capital	1 604	1 094	-31,8	1 929	2 184	-835	-1 090	20,3	36,2
Transferências de capital	748	746	-0,4	843	n.d.	-97	n.d.	12,7	n.d.
Administrações Públicas	6	10	66,2	9	40	1	-30	51,2	586,0
Outras	742	736	-0,9	834	n.d.	-98	n.d.	12,3	n.d.
Outras receitas de capital	856	349	-59,2	1 086	1 105	-738	-756	27,0	29,1
Receita efetiva	59 464	61 017	2,6	63 350	62 650	-2 332	-1 633	6,5	5,4
Despesa corrente	68 272	67 386	-1,3	67 558	68 247	-172	-861	-1,0	0,0
Despesas com o pessoal	14 258	13 393	-6,1	13 066	13 654	327	-261	-8,4	-4,2
Aquisição de bens e serviços	11 081	10 169	-8,2	9 836	10 451	333	-282	-11,2	-5,7
Juros e outros encargos	4 989	6 072	21,7	6 323	6 406	-251	-334	26,8	28,4
Transferências correntes	35 370	35 174	-0,6	34 541	34 959	633	215	-2,3	-1,2
Administrações Públicas	2 091	2 015	-3,6	2 020	2 022	-4	-7	-3,4	-3,3
Outras	33 280	33 158	-0,4	32 521	32 937	637	221	-2,3	-1,0
Subsídios	1 992	1 806	-9,3	2 703	1 988	-897	-182	35,7	-0,2
Outras despesas correntes	582	772	32,6	1 090	788	-318	-16	87,2	35,4
Despesa corrente primária	63 284	61 314	-3,1	61 235	61 841	79	-526	-3,2	-2,3
Despesa de capital	3 568	3 997	12,0	4 264	4 849	-268	-853	19,5	35,9
Investimento	853	769	-9,8	1 222	1 083	-453	-314	43,4	27,0
Transferências de capital	2 627	3 185	21,3	2 939	3 731	246	-546	11,9	42,0
Administrações Públicas	1 543	1 431	-7,3	1 498	1 467	-67	-37	-3,0	-4,9
Outras	1 083	1 755	62,0	1 442	2 264	313	-509	33,1	109,0
Outras despesas de capital	88	42	-52,0	103	35	-60	7	15,9	-59,9
Despesa efetiva	71 840	71 383	-0,6	71 823	73 096	-440	-1 713	0,0	1,7
Saldo global	-12 376	-10 366	-16,2	-8 473	-10 446	-1 893	80		
em % do PIB	-7,2	-6,0		-4,9	-6,1				
Saldo primário	-7 387	-4 294	-41,9	-2 150	-4 040	-2 144	-254		
B. VALORES NÃO AJUSTADOS DE:									
<i>- TRANSF. FUNDOS PENSÕES DA PT + SETOR BANCÁRIO</i>									
Receita de capital	3 486	4 952	42,0	2 229	5 660	2 722	-708	-36,1	62,4
Receita efetiva	61 346	65 665	7,0	63 650	66 966	2 015	-1 301	3,8	9,2
<i>- AQUISIÇÃO DE MATERIAL MILITAR</i>									
Investimento	1 854	769	-58,5	1 222	1 083	-453	-314	-34,1	-41,6
Transferências de capital (despesa)	2 627	3 329	26,8	3 939	3 875	-610	-546	50,0	47,5
Despesa efetiva	72 841	71 527	-1,8	72 823	73 241	-1 295	-1 713	0,0	0,5
<i>- RECLASSIFICAÇÃO DAS DESPESAS DA ADSE</i>									
Despesas com pessoal	14 818	13 393	-9,6	13 066	13 654	327	-261	-11,8	-7,9
Aquisição de bens e serviços	10 521	10 169	-3,3	9 836	10 451	333	-282	-6,5	-0,7
Saldo global	-11 495	-5 863	-49,0	-9 173	-6 275	3 310	412		
em % do PIB	-6,7	-3,4		-5,3	-3,7				
Saldo primário	-6 506	209	-103,2	-2 850	131	3 059	78		

Fonte: DGO e Programa de Assistência Financeira – 2nd review – Autumn 2011 [para o PIB 2010: 172,8 mil M€; 2011: 171,8 mil M€]. Cálculos da UTAO.

Notas: i) n.d. – detalhe não disponível. ii) Os valores relativos à parte "A" do quadro encontram-se ajustados dos seguintes medidas temporárias e "one-offs":

Ajustamentos em 2010:

- Transferência dos fundos de pensões da Portugal Telecom (PT) para a CGA (1882,1 M€), com impacto na receita relativa a "outras transferências de capital";
- Aquisição de material militar de sub-superfície (1001 M€), com impacto na despesa de "Investimento";
- Reclassificação das despesas da ADSE, de despesas com pessoal para aquisição de bens e serviços (560,3 M€).

Ajustamentos em 2011:

- **Orçamento inicial:** dotação de despesa com "outras transferências de capital" (1000 M€) destinada à regularização de responsabilidades relacionadas com a aquisição de material militar (cujo pagamento ocorreu ainda em 2010) e previsão de receita respeitante a "outras transferências de capital" na sequência da transferência dos fundos de pensões da PT para a CGA (300 M€);
- **Estimativa 2011 (OE/2012):** transferência dos fundos de pensões do sector bancário (2881 M€, com impacto na receita respeitante a "outras transferências de capital") e da PT (594,2 M€ na receita de "outras transferências de capital" e 144,2 M€ na despesa relativa a "outras transferências de capital"), bem como sobretaxa extraordinária em sede de IRS (840 M€, com impacto na receita proveniente de impostos diretos);
- **Execução provisória:** transferência dos fundos de pensões do sector bancário (3286 M€, com impacto na receita respeitante a "outras transferências de capital") e da PT (594,2 M€ na receita de "outras transferências de capital" e 144,2 M€ na despesa relativa a "outras transferências de capital"), bem como sobretaxa extraordinária em sede de IRS (790 M€, com impacto na receita proveniente de impostos diretos).

Tabela 10 – Análise dos desvios da execução orçamental do subsetor Estado face ao OE/2011 e face à estimativa de execução do OE/2012 - por classificação económica

	OEI/2011 (*)	Estimativa para 2011 (OE/2012)	Execução Orçamental		Desvio da Execução face:			
			M€	% PIB	OEI/2011		Estimativa para 2011 (OE/2012)	
					M€	em %	M€	em %
1. RECEITA CORRENTE	37 369,2	38 039,7	37 916,4	22,1	547,2	1,5	-123,3	-0,3
Receitas fiscais	33 506,0	34 163,7	34 242,0	19,9	736,0	2,2	78,3	0,2
Impostos Diretos -dos quais:	13 773,2	14 831,3	14 981,3	8,7	1 208,1	8,8	150,0	1,0
IRS	9 580,0	9 757,6	9 794,9	5,7	214,9	2,2	37,3	0,4
IRC	4 182,0	5 020,8	5 138,0	3,0	956,0	22,9	117,2	2,3
Impostos Indiretos -dos quais:	19 732,8	19 332,4	19 260,7	11,2	-472,1	-2,4	-71,7	-0,4
IVA	13 250,0	13 108,0	12 994,9	7,6	-255,1	-1,9	-113,1	-0,9
Imposto s/ prod. petrolíferos energ. (ISPE)	2 393,7	2 321,2	2 310,4	1,3	-83,3	-3,5	-10,8	-0,5
Imposto sobre Veículos	790,0	692,2	626,5	0,4	-163,5	-20,7	-65,7	-9,5
Imposto Único de Circulação (IUC)	160,0	165,3	173,6	0,1	13,6	8,5	8,3	5,0
Imposto de consumo s/ tabaco	1 350,0	1 345,7	1 446,7	0,8	96,7	7,2	101,0	7,5
Imposto do selo	1 520,0	1 478,9	1 483,2	0,9	-36,8	-2,4	4,3	0,3
Imposto sobre álcool e bebidas alcoólicas (IABA)	194,0	175,0	172,7	0,1	-21,3	-11,0	-2,3	-1,3
Receitas correntes não fiscais	3 863,2	3 876,0	3 674,4	2,1	-188,8	-4,9	-201,6	-5,2
<i>das quais:</i>								
Contribuições p/ Segurança Social, CGA e ADSE	585,1	585,1	465,1	0,3	-120,0	-20,5	-120,0	-20,5
Taxas, Multas e Outras Penalidades	706,1	730,5	669,3	0,4	-36,8	-5,2	-61,2	-8,4
Rendimentos da Propriedade	404,1	333,0	324,5	0,2	-79,6	-19,7	-8,5	-2,6
Transferências Correntes	1 277,9	1 271,6	1 219,2	0,7	-58,7	-4,6	-52,4	-4,1
Venda de Bens e Serviços Correntes	395,4	424,6	429,6	0,3	34,2	8,7	5,0	1,2
Outras Receitas Correntes	277,4	295,6	334,8	0,2	57,4	20,7	39,2	13,3
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	50,1	71,6	64,3	0,0	14,2	28,4	-7,3	-10,2
2. RECEITA DE CAPITAL	1 089,6	4 067,8	3 620,8	2,1	2 531,2	232,3	-447,0	-11,0
<i>das quais:</i>								
Venda de Bens de Investimento	398,5	740,5	17,3	0,0	-381,2	-95,7	-723,2	-97,7
Transferências de Capital	129,1	3 039,8	3 318,5	1,9	3 189,4	2 470,9	278,7	9,2
Saldos da Gerência Anterior	25,0	166,5	217,5	0,1	192,5	770,0	51,0	30,6
Outras Receitas de Capital	537,0	121,0	67,5	0,0	-469,5	-87,4	-53,5	-44,2
3. TOTAL DA RECEITA EFECTIVA (1+2)	38 458,8	42 107,5	41 537,2	24,2	3 078,4	8,0	-570,3	-1,4
4. DESPESA CORRENTE	45 011,1	46 276,2	45 578,0	26,5	566,9	1,3	-698,2	-1,5
Despesas com o pessoal	9 616,7	10 485,3	10 295,5	6,0	678,8	7,1	-189,8	-1,8
Remunerações Certas e Permanentes	7 552,9	8 031,2	7 825,6	4,6	272,7	3,6	-205,6	-2,6
Abonos Variáveis ou Eventuais	474,2	494,0	436,7	0,3	-37,6	-7,9	-57,3	-11,6
Segurança Social	1 589,6	1 960,0	2 033,2	1,2	443,7	27,9	73,2	3,7
Aquisição de bens e serviços correntes	1 819,7	1 914,2	1 817,6	1,1	-2,1	-0,1	-96,6	-5,0
Juros e outros encargos	6 300,5	6 372,7	6 039,2	3,5	-261,3	-4,1	-333,5	-5,2
Transferências correntes	25 730,4	26 229,7	26 288,8	15,3	558,3	2,2	59,1	0,2
Subsídios	622,7	614,9	601,6	0,4	-21,2	-3,4	-13,3	-2,2
Outras despesas correntes	921,0	659,5	535,3	0,3	-385,7	-41,9	-124,2	-18,8
Despesa corrente primária	38 710,6	39 903,5	39 538,7	23,0	828,2	2,1	-364,8	-0,9
5. DESPESA DE CAPITAL (*)	3 201,6	3 331,3	3 153,8	1,8	-47,8	-1,5	-177,5	-5,3
Investimento	648,5	585,1	432,0	0,3	-216,5	-33,4	-153,1	-26,2
Transferências de capital (*)	2 486,8	2 729,0	2 708,2	1,6	221,4	8,9	-20,8	-0,8
Outras despesas de capital	66,3	17,2	13,5	0,0	-52,8	-79,6	-3,7	-21,4
6. TOTAL DA DESPESA EFECTIVA (4+5) (*)	48 212,7	49 607,5	48 731,7	28,4	519,1	1,1	-875,8	-1,8
7. SALDO GLOBAL (3-6) (*)	-9 753,9	-7 500,0	-7 194,5	:	2 559,3	:	305,5	:

Fonte: DGO e cálculos da UTAO. Não se efetua qualquer ajustamento à execução.

(*) - O Orçamento do Estado para 2011 inicial encontra-se ajustado da dotação para pagamento do material de sub-superfície, o qual foi pago no final de 2010.